



Ministério da Educação  
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares  
Centro de Formação Continuada de Professores  
Secretaria de Educação do Distrito Federal  
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação  
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

## **ADAPTAÇÕES CURRICULARES: UMA NECESSIDADE NA ESCOLA INCLUSIVA**

**Marco Paulo da Silva**

Professora-orientadora Mestra Rita Silvana Santana dos Santos  
Professor monitor-orientador Mestre Liceros Alves dos Reis

Brasília (DF), Maio de 2013

**Marco Paulo da Silva**

**ADAPTAÇÕES CURRICULARES: UMA NECESSIDADE  
NA ESCOLA INCLUSIVA**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Mestra Rita Silvana Santana dos Santos e do Professor monitor-orientador Mestre Liceros Alves dos Reis.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Marco Paulo da Silva**

### **ADAPTAÇÕES CURRICULARES: UMA NECESSIDADE NA ESCOLA INCLUSIVA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

---

Mestre Rita Silvana Santana dos  
Santos Santos  
Professora-orientadora

---

Mestre Liceros Alves dos Reis  
Monitor-orientador

Fernanda Bartoly Gonçalves Lima  
Examinadora externa

Brasília, 18 de maio de 2013

## DEDICATÓRIA

A Deus, por dar-me forças, determinação e garra para vencer este desafio.

À minha esposa, Bel e às minhas filhas, Bruna, Isabelly e Nicolly por serem jóias preciosas na minha vida, razão de minha existência, e que sempre acreditaram no meu sucesso.

Aos Professores, pela presteza e dedicação e dividirem seu tempo comigo, por compartilhar conhecimentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus todo Poderoso, que me permitiu a concretização deste sonho, me dando sabedoria e força pra chegar até aqui.

A todas as pessoas que acreditaram em mim, incentivaram-me e me apoiaram nesta caminhada.

Uma escola vive o desafio de ser uma para todos, o desafio de não reproduzir no âmbito escolar o movimento tão premente em nossos tempos de homogeneização dos seres, de abafamento das singularidades e das diferenças. Resta hoje, a cada escola construir, ao seu modo, sua resposta ao paradoxo de ser ao mesmo tempo igual para todos e única para cada um. (TIGRE & TEIXEIRA, 2005)

## RESUMO

O presente trabalho, Adaptações Curriculares na Educação Inclusiva, discute o processo de inclusão educacional no Brasil, uma experiência recente no País. Para isso, investigou-se a importância da adaptação curricular na educação inclusiva, um direito do aluno e ferramenta utilizada para que os educadores contribuam para que o aluno com necessidades especiais possa ter garantido o seu direito à educação e integrar-se socialmente, por meio de alterações a serem efetuadas no currículo escolar. Com o objetivo de estudar as adaptações curriculares em uma escola estadual, de modo a identificar suas possíveis contribuições ao processo ensino-aprendizagem de alunos com necessidades especiais, utilizou-se da metodologia qualitativa, com pesquisa de campo, questionário e análise dos dados coletados, com profissionais da educação de uma escola estadual, entre eles professores regentes, professores de apoio, coordenadores e professor de recursos. Como resultado, descobriu-se que deve haver flexibilização curricular já que cada vez mais se constata que os alunos com deficiências ou necessidades especiais não precisam de abordagens pedagógicas específicas de outros alunos, e sim de estratégias individualizadas, que dêem conta da singularidade daquele aluno em particular e que a educação inclusiva requer constantemente cursos de formação continuada para profissionais da educação que trabalham com o atendimento de alunos com necessidades especiais na rede regular.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Adaptações Curriculares.

## **ABSTRACT**

This work “Curricular Adaptations in Inclusive Education”, discusses the process of inclusive education in Brazil, a recent experience in Brazil. For this, we investigated the importance of adapting curriculum in inclusive education, a right of the student and used tool for educators contribute to the student with special needs may have guaranteed their right to education and integrate socially, through changes to be made in the school curriculum. Aiming to study adaptation in a public school curriculum, in order to identify their possible contributions to the teaching and learning of students with special needs, we used qualitative methods, with field research, survey and analysis of the data collected, with professional education in a state school, including school teachers, support teachers, coordinators, and teacher resources. As a result, it was found that there must be more flexible curriculum since increasingly finds that students with disabilities or special needs do not require specific pedagogical approaches of other students, but of individualized strategies, that give account of the uniqueness of that student in particular and that inclusive education requires constant continuing education courses for education professionals who work with the care of students with special needs in the regular.

**Keywords:** Inclusive Education. Curricular Adaptations.



## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO 1. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 2. O CURRÍCULO FLEXÍVEL NA ESCOLA INCLUSIVA</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 3. RECURSOS: TECNOLOGIAS ASSISTIDAS</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 4. A PESQUISA NO CENTRO EDUCACIONAL 08 DO GAMA</b>	<b>24</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>31</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>33</b>

## INTRODUÇÃO

A inclusão é um fato já ocorrido. É tempo de refletir sobre o “estado da arte” e não posicionar contra ou a favor, esses tempo já se foram. Um dia os livros registrarão como conseguimos transformar a escola atual em escola inclusiva. Hoje, estão aprendendo a entender, a mudar, a pensar diferente, a ousar fazer diferente. A profissão de professor sofreu modificações como todas as outras. Todos que optaram por ela devem estar disponíveis para enfrentar as inovações e se capacitar para atender as exigências da atualidade.

Nem a escola regular nem a escola especial começaram a ter problemas por causa da inclusão. As mudanças, que eram muitas, faziam-se urgentes e necessárias no sistema educacional, o qual não se mostrava satisfatório, tanto na escola de ensino regular, quanto na escola de ensino especial. Mas o que é preciso modificar? Como reorganizar a prática? Quem precisa estar implicado nesse processo?

Certamente não tem uma receita pronta que responda a essas perguntas, pois estará falando de diversidade. As modificações que tornarão os ambientes escolares inclusivos devem ser escritas por cada escola para cada um de seus alunos, a cada dia, em cada situação. É como um grande quebra-cabeça que precisa ser montado por muitas mãos, com paciência, persistência e criatividade, a fim de que se atinja um objetivo maior: encontrar o espaço que é de direito para cada peça, compondo o todo.

A estabilidade é algo que os professores buscam frequentemente, pois ela dá a segurança aos seus alunos. Quanto mais conhecem determinado fato ou assunto, mais se sentem seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum serem resistentes ao que desestabilizam. Sem dúvida, as ideias inclusivas causaram muita desestabilidade e resistência.

Para que possam assumir um posicionamento mais crítico e construtivo em relação à educação inclusiva e às modificações que se atrelam a ela, os docentes precisam conhecer o que está sendo proposto e entender as necessidades que levaram às mudanças. Isso porque só o conhecimento proporcionará as reflexões adequadas com relação aos avanços propostos pelas políticas de educação.

É fato que as idéias inclusivas têm sido a alavanca para reflexões por parte de todos os envolvidos com a educação, uma vez que vem exigindo reformulações e impulsionando formação continuada.

Para melhorar a qualidade do ensino e garantir a igualdade de oportunidades, é necessário reflexão da comunidade escolar a respeito do planejamento de ações educacionais que sejam adequadas ao contexto diverso e complexo que envolve cada escola. Essa diversidade será assegurada na escola se considerar as necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles que pertencem a meios culturais diferentes ou carentes ou que possuem algum tipo de deficiência, e que transparea um currículo diversificado em atividades que os alunos participem e avancem em suas possibilidades.

As adaptações curriculares foram o objeto foco para a concretização dessa pesquisa, pois serão apresentadas aqui discussões acerca do planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação no currículo como um todo, ou em aspectos dele. Portanto, o educador deve se envolver nas transformações de acessibilidade ao currículo quanto às modificações no planejamento pedagógico, nos objetivos curriculares, na avaliação e nas formas de ensinar para que o aluno com necessidades educativas especiais possa frequentar com aproveitamento acadêmico uma classe regular.

O objetivo geral é analisar questões curriculares que possibilitem a associação das diferentes dimensões teóricas nos processos de planejamento, implementação e avaliação curricular na educação inclusiva.

Objetivos específicos são: definir quais os procedimentos adequados de adaptações curriculares; quando e como aprender; identificar quais estratégias são mais eficientes para o processo de aprendizagem no currículo da escola inclusiva e reconhecer modelos de avaliação do aluno na escola inclusiva.

Para melhor compreensão do tema, este trabalho foi dividido em quatro capítulos: O primeiro capítulo: Na fundamentação teórica buscou-se discorrer sobre “As políticas Educacionais e a Educação Inclusiva” contemplando os pressupostos históricos e conceituais da inclusão e as leis que a regulamentam; O segundo capítulo: Será abordado de forma sucinta “O currículo flexível na escola inclusiva”; O terceiro capítulo: Busca mostrar como estão os “Recursos: tecnologia assistidas” em uma escola inclusiva; No quarto capítulo é apresentado um estudo de caso e

discutidos os dados coletados, ou seja, os resultados e discussão. E, por fim serão apresentadas as considerações finais do trabalho como forma de apresentar caminhos para efetivar as adaptações e modificações curriculares.

A metodologia utilizada na pesquisa foi à aplicação de questionário com 15 perguntas a quatro professores da Escola Pública Centro Educacional 08 do Gama que trabalha diretamente com educação inclusiva.

Ao término dessa pesquisa foi constatado que para o processo de educação inclusiva obter mais condições na sua aplicação é preciso que hajam transformações nos procedimentos adequados de adaptações curriculares, aprendizagem e avaliação no sistema de ensino que venham beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

## **CAPÍTULO 1: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

É tempo de refletir sobre o “estado da arte” e não se posicionar contra ou a favor. Esses tempos já se foram. Um dia os livros registrarão como foi transformar a escola atual em escola inclusiva. Hoje, estão aprendendo a entender, a mudar, a pensar diferente, a ousar fazer diferente. A profissão de professor sofreu modificações como todas as outras. Todos que optaram por ela devem estar disponíveis para enfrentar as inovações e se capacitar para atender as exigências da atualidade. (MINETTO, 2008)

As mudanças, que eram muitas, faziam-se urgentes e necessárias no sistema educacional, o qual não se mostrava satisfatório, tanto na escola de ensino regular, quanto na escola de ensino especial. Mas o que é preciso modificar? Como reorganizar a prática? Quem precisa estar implicado?

De acordo com Minetto (2008), certamente não se tem uma receita pronta que responda a essas perguntas, pois estamos falando de diversidade. As modificações que tornarão os ambientes escolares inclusivos devem ser escritas por cada escola para cada um de seus alunos, a cada dia, em cada situação. É como um grande quebra-cabeça que precisa ser montado por muitas mãos, com paciência, persistência e criatividade, a fim de que se atinja um objetivo maior: encontrar o espaço que é de direito para cada peça, compondo o todo.

As mudanças que acompanham diariamente estão em todos os âmbitos da sociedade. Certamente, alguém já se sentiu atropelado pelas frenéticas inovações advindas do mundo virtual e suas repercussões no cotidiano. Assim, à medida que a comunicação é mais eficiente e impulsionam mudanças, o mundo globalizado exige cada vez mais adaptações. Essas modificações vêm revelar de forma enfática as imensas diferenças sociais e os contrastes que geram conflitos e sofrimento. Em contrapartida, o reconhecimento das desigualdades deu origem a movimentos que buscam minimizá-la. Dessa forma, foi observada a busca de valores sociais que sejam mais igualitários. (MINETTO, 2008)

Quando se compreende a escola como um reflexo da sociedade e vice-versa, podemos perceber que, se uma está se modificando, automaticamente a outra corresponde. Dessa forma, podem-se entender as mudanças ocorridas constantemente na escola como necessárias para atender a um perfil de identidade

social que corresponda à identidade de cada um de seus cidadãos e da própria nação, refletida na viabilização do respeito às suas individualidades e necessidades. Para Mazzota (2003), o homem busca liberdade, igualdade de direitos e oportunidades. A conquista desses direitos leva ao fortalecimento de sua identidade pessoal e social e isso perpassa a sala de aula. Falam-se sobre concepções filosóficas, direitos humanos, qualidade de vida e, por conseguinte, tratando a educação como responsável pela formação de um ser que pensa e age.

Definir o que entendem por educação é algo, no mínimo, escorregadio e perigoso, pelas suas transformações, amplitude e abrangência. No entanto, Torres (2002) descreve a polissemia cultural do termo educação destacando cinco aspectos em termos conceituais, num ponto de vista teórico-educacional:

- Como desenvolvimento, num sentido holístico e ecológico do termo;
- Como libertação ou busca da liberdade;
- Como capacitação socioprofissional, no sentido de manejo do meio;
- Como informação, acultramento;
- Como formação, no sentido de desenvolvimento individual.

A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de convívio, com a qualidade de vida, de uma pessoa na sociedade e viabiliza, portanto, com um caráter cultural acentuado, a integração do indivíduo com o meio. A ação pedagógica conduz o indivíduo para a vida em sociedade, produzindo cultura e usufruindo-se dela. É certo que as modificações em todos os âmbitos da sociedade afloram as desigualdades, de modo a impulsionar discussões sobre as exclusões e suas consequências a lançar a semente do descontentamento e da discriminação social, evidenciando-se a necessidade de mudanças nas políticas públicas. (TORRES, 2002)

Os conflitos e as modificações ganharam força no século XX com o questionamento dos valores educacionais, a partir da diversidade individual para alcançar igual participação com mesma condição na sociedade. O novo paradigma prega que a educação deve considerar a pessoa de forma integral, favorecendo seu desenvolvimento global, com fim de incorporá-la ativamente na sociedade. (MINETTO, 2008)

A nova política educacional é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei. Ela abrange os indivíduos de todas as classes sociais, tendo como pilar o princípio da democracia social, que é a igualdade de oportunidades. No entanto, sua efetivação implica a consideração de situações específicas e historicamente determinadas pelo contexto, como por exemplo, o atendimento de alunos com necessidades educativas especiais em escolas especiais em que só professores especializados podem atender a esses alunos. Tendo em vista esse panorama, as leis foram se organizando a partir das demandas que foram surgindo. (MAZZOTA, 2003)

Conforme Minetto (2008), a proposta de educação inclusiva se diferencia drasticamente da proposta integrativa no sentido de propor empenho bilateral, ou seja, da escola (como um todo) e do aluno com necessidades educativas especiais (e de sua família). Ao mesmo tempo em que os pais devem colaborar e seu filho deve se esforçar, a escola deve se organizar e se estruturar para oferecer condições reais de aprendizagem e não só de socialização, implicando um remanejamento e uma reestruturação dos recursos e suporte psicoeducacional.

Coll, Palácios e Marchesi (2002) enfatizam que a sociedade do conhecimento (processo de formação e expansão), que, por um lado, exige uma educação continuada e cada vez mais de maior qualidade e, por outro, aumenta as desigualdades e os processos de exclusão, vem mudando o papel da escola.

As políticas educacionais atuais que requerem uma maior qualificação/titulação dos profissionais da educação e a melhora nos índices de acesso e aprovação dos estudantes refletem na diminuição da evasão e na adequação da idade por série e vêm mudando o papel da escola. (COLL, PALÁCIOS e MARCHESI, 2002)

A educação inclusiva, segundo Rodrigues (2006), não deve ser tratada como uma abordagem tradicional onde era sinônimo de uniformização, mas numa abordagem de atenção a diversidade e a igualdade com respeito pelas diferenças e pelas necessidades individuais, desenvolvendo as potencialidades de cada aluno por meio de percursos individualizados de aprendizagem, respeitando as características e o ritmo de cada um.

Mittler (2003, p.20) afirma sobre a inclusão no ato de educar que:

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais.

As tarefas vão muito além da sala de aula e não depende tão somente do educador. O aprendizado inclusivo desta forma deve ser construído dia após dia com o auxílio e acompanhamento de todas as esferas sociais desde a família ao governo.

Este novo modo de educar vem propor novos questionamentos, talvez impensáveis até o momento, mais criativos e com melhores resultados como podemos ver nas escolas inclusivas.

Mittler (2003, p.16) a este respeito afirma que:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças, diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais”.

Ainda para o autor citado, no que diz respeito à educação inclusiva, após muitas pesquisas, observou que o maior obstáculo a ser superado no momento da mudança está dentro da pessoa, onde a tendência é subestimar as pessoas e superestimar as dificuldades, e que este pensamento deve ser abandonado ao se querer construir uma escola ou uma sociedade inclusiva, pois, segundo ele a inclusão se dá no ato de cada indivíduo ser capaz de ter oportunidades de escolher e de ter autodeterminação na educação, e para que isto seja estimulado existe a necessidade de os educadores aprenderem a ouvir e valorizar o que o aluno tem a dizer, independentemente de sua idade ou de rótulos.

Todo o conhecimento de mundo que o aluno traz consigo é importante, pois, desta remonta toda a sua história de vida que não pode e nem deve ser ignorado pelo educador. (MINETTO, 2008)

A Constituição Federal Brasileira afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros



residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988)

Todos têm direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção, à maternidade, à infância e à assistência aos desamparados, na forma da Constituição. A educação é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (TÍTULO II, Dos Direitos Sociais, Cap. II Art. 6º CRFB).

É assegurado, com absoluta prioridade, à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária e ainda, é dever do Estado a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (TÍTULO II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Cap. I Art. 5º, Cap. II Art. 6º, Cap. III Art. 205, Cap. VII Art. 227, § 1º, II CRFB).

Todo esse texto da Lei Maior já garantiria a resolução de muitas situações vividas por pessoas portadoras de necessidades educativas especiais. Mesmo assim, ainda há Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que assegura todos os direitos relacionados à educação.

Em relação aos direitos específicos da educação especial LDB 9394/96 (Art. 4º. III; Art. 58, § 1º, § 2º; Art. 59): O atendimento educacional especializado gratuito será oferecido aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino e haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 2001).

O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 2001)

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais (LDB 9394/96 Art. 59): currículos, métodos, técnicas, recursos educativos

e organização específica, para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora; acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Não há como negar o direito estabelecido por lei na educação especial. O desconhecimento da Lei ou a intenção em não cumpri-la é que talvez justifique a situação de tantos portadores de necessidades educativas especiais não serem atendidos nos seus direitos. (MINETTO, 2008)

A escola tem como fortes aliados, os pais, que podem estimular, colaborar e reivindicar o melhor para os filhos, contribuindo para a melhoria da educação inclusiva.

Através de políticas públicas e os investimentos atuais e futuros da educação brasileira devem considerar, verdadeiramente, o papel da escola e de seus educadores ao ensinar a importância da diversidade em todas as suas manifestações, inclusive na própria espécie.

## **CAPÍTULO 2: O CURRÍCULO FLEXÍVEL NA ESCOLA INCLUSIVA**

A Política Nacional de Educação Especial, do MEC, define que as classes especiais integradas à escola comum devem adotar “o currículo regular oficial, com as devidas adaptações e o processo de ensino-aprendizagem deverá ser baseado em avaliação/diagnóstico de natureza educacional.” (BRASIL, 2001) Esta política alerta para a importância de um “atendimento educacional adequado às necessidades especiais do alunado, no que se referem a currículos adaptados, métodos, técnicas e material de ensino diferenciado, ambiente emocional e social da escola favorável à integração social dos alunos, pessoal devidamente qualificado.” (BRASIL, 2001)

Uma análise do currículo, segundo Coll (2000), em referência feita por Moreira (1997) elucida pontos de suma importância que servem também para compreender a perspectiva da escola inclusiva diante do ajustamento de seu currículo à diversidade, mais no ângulo das características individuais do que das diferenças culturais.

Segundo Moreira (1997, p. 103), essas questões são importantes, porém enquanto:

Tyler discute o que fazer para então voltar-se para o como fazer, Coll secundariza a discussão do que fazer e transforma a psicologia em fonte e a utiliza como subsídio básico das longas considerações referentes ao quando e como ensinar e a o que, quando e como avaliar. O que confere à discussão um lastimável caráter burocrático.

Segundo o MEC (BRASIL, 1998), as adaptações curriculares são medidas pedagógicas que devem ser adotadas em diversos âmbitos, tais como: no projeto pedagógico da escola, na sala de aula, nas atividades em geral e, somente quando absolutamente necessário, devem aplicar-se ao aluno individualmente.

Uma escola consegue organizar um currículo inclusivo quando reconhece a complexidade das relações humanas (professor/aluno), a amplitude e os limites de seus objetivos e ações; quando entende o ambiente escolar como um espaço relacional que estabelece laços que contribuem para a formação de uma identidade individual e social. Assim, estar na escola não significa que o aluno esteja aprendendo. Na escola preocupa-se muito com a aprendizagem e pouco com o sujeito que está aprendendo. É bem provável que a marca da história de vida pessoal de cada um reflète na definição de suas opções, percepções e escolhas. O

professor organiza e pratica o currículo enquanto constroem e reconstroem suas concepções, percepções e escolhas e, assim, também o faz o aluno enquanto aprende.

Segundo Moreira (1997), o currículo é o conjunto de disciplinas sobre um determinado curso ou programa de ensino ou a trajetória de um indivíduo para o seu aperfeiçoamento profissional. Também pode ser entendido como um documento histórico na medida em que reflete expectativas, valores, tendências etc. de um determinado grupo ou tempo.

Um currículo é sempre uma solução, ainda que seja provisória e discutível em seu valor e em formas de expressar-se em relação a um problema educativo. (...) o nosso ofício consiste precisamente em encontrar e levar a cabo soluções práticas para os problemas educativos com os que se encontram. (CONTRERAS, 1994, p. 32, tradução: EYNG, 2008).

É possível concluir, ainda que provisoriamente, nesse estágio do estudo, o currículo, além de possuir diferentes significados, desempenha, de fato, distintas funções em diferentes contextos e níveis educativos, de acordo com as características e as finalidades que reflete. (MAZZOTA, 2003)

A organização de uma escola realmente inclusiva está retratada no seu currículo e na estruturação do projeto político-pedagógico (PPP), que deve ultrapassar a mera elaboração de planos e exigências burocráticas. O PPP caracteriza e identifica a escola, ou seja, é a “cara” da escola. Por isso, deve acompanhar as modificações da sociedade, da história, de seus fatos, dos acontecimentos e das legislações, considerando aspectos sociais, políticos, culturais e antropológicos que a caracterizaram. (MAZZOTA, 2003)

Conforme Mazzota (2003), o projeto político pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Assim, deve passar por questionamentos profundos sempre que os resultados obtidos mediante a sua prática deixem de atender ao objetivo desejado. É

necessária uma consonância entre necessidades sociais e objetivos educacionais. As mudanças que ocorrem na sociedade devem fazer com que a escola reveja seu posicionamento e prática. No entanto, isso só é possível se houver comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo. (COLL, 2000)

De acordo com Coll (2000), o currículo norteia a organização do PPP da escola. Usa a palavra norteia, pois hoje o currículo é democrático, possibilitando que a comunidade escolar tenha certa autonomia para flexibilizar e definir prioridades, favorecendo assim a inclusão. Na verdade, as dificuldades podem começar aí, pois tanto o currículo fechado como o aberto terão vantagens e desvantagens. Os professores, em sua maioria, foram capacitados para atuar em currículos fechados, e agora estão diante da possibilidade de flexibilização para adequar conforme suas necessidades.

Em um currículo fechado, há como vantagem certa “comodidade” para o professor, sendo que este se limita a aplicá-lo, seguindo passo a passo as programações. Ou seja, independentemente do perfil do aluno, da turma ou da comunidade segue-se a programação. Ainda nesse modelo, há uma vantagem na “normatização”, dando uniformidade e coesão ao que é ensinado e avaliado. As suas desvantagens estariam em não se adaptar às características individuais, não acompanhando as particularidades de cada contexto. (COLL, 2000)

O currículo aberto, por sua vez, adapta-se às particularidades do ambiente e dos alunos. Todos os alunos podem se beneficiar dele, pois é possível encontrar diferentes formas de atender à diversidade. No modelo aberto, a principal desvantagem está na dificuldade de se manter uma regularidade no currículo, o que se espera no ensino obrigatório básico. Além disso, exige muito mais do professor em termos de criatividade e organização de atividades diferenciadas, formação, atualização, dedicação, tornando-os co-responsáveis pelas programações e adequações necessárias. (MAZZOTA, 2003)

Minetto (2008) relata uma experiência vivida em uma escola da cidade de Curitiba, capital do Paraná. A escola inclusiva recebeu o aluno com necessidades educativas especiais e decidiram quais seriam as adaptações curriculares necessárias com o apoio de uma equipe interdisciplinar (professora de sala de aula, pedagoga da escola, diretora da escola, psicóloga e fonoaudióloga, que acompanhavam o aluno fora da escola) e dos pais. A docente nunca havia

trabalhado com uma criança com deficiência intelectual. O que ocorre é que, após a organização do que fazer, todo mundo vai embora, e o professor fecha a porta da sala de aula e começa o desafio. Todos que já passaram por isso e sabem o quão angustiante pode ser esse momento. Todas as nossas habilidades entram em xeque.

Essa professora passou os primeiros meses atormentada pela ansiedade e pelas dificuldades de cumprir o que foi programado. Mas a grande contribuição nesse exemplo é o relato dela após um ano de trabalho com a turma. Ela revelou que passou por fases distintas: ansiedade, angústia, medo, dispersão em relação aos objetivos, retomada da consciência de que podia fazer diferente, identificações de suas falhas, organização de estratégias de ação e domínio da situação. Ela confessou que estava completamente perdida e que por vezes pensou em desistir, mas pôde perceber que não estava sozinha. Quando falava para outros das suas dúvidas e medos, foi acolhida pela professora. E isso a ajudou muito a superar essa fase. (MINETTO, 2008)

O professor pode com isso ver que, por mais que as responsabilidades estejam divididas, coordenar uma sala de aula considerando a subjetividade de cada aluno é uma arte. Sabe-se que o professor é capaz disso, se souber se organizar e controlar seu emocional. O que o relato dessa experiência mostra é que, mesmo que o contexto esteja organizado e ofereça suporte, que o professor acene o desafio da inclusão e que os pais estejam colaborando, há um processo natural de adaptação à diferença, o processo do entendimento pessoal sobre como fazer diferente. (MARQUES, 2001)

Esse exemplo não pode ser considerado uma regra e não reflete a realidade em um país como o Brasil com muitas diferenças regionais e culturais. Na maioria dos casos, não se tem uma redução do número de alunos em sala de aula ou esta não dispõe de um espaço adequado, muito menos uma equipe de apoio.

### **CAPÍTULO 3: RECURSOS: TECNOLOGIAS ASSISTIDAS**

Uma parcela da população com deficiência não precisa de grandes alterações do contexto, mas devem considerar a diversidade de cada caso. Eliminar barreiras arquitetônicas, procurar fazer as adaptações necessárias ao espaço físico da escola, incluindo banheiros, pátios, rampas, carteiras especiais, selecionar materiais pedagógicos adaptados, dentre outros, são ações muito importantes. (BASTOS, 2006)

De acordo com Bersh (2013), os profissionais dispõem de um número muito variado de materiais de apoio para atender as características de cada indivíduo, desde os atos mais simples, como usar fita crepe para prender a folha no papel sempre que a criança não tiver controle de seus movimentos, lupas, lápis maior, linhas com espaçamento mais largo se a letra não acompanhar o espaço padrão, até recursos muito sofisticados. Todos são investimentos válidos quando acreditam na necessidade de promover a autonomia do aluno, evitando ao máximo que ele dependa de outros no contexto escolar.

O ramo da ciência preocupado em pesquisa, desenvolvimento e aplicação de aparelhos/instrumentos ou procedimentos que aumentam ou restauram a função humana é chamado tecnologia assistiva. Segundo Mello (2006), tecnologias assistivas referem-se a todo o arsenal técnico utilizado para compensar ou substituir funções quando as técnicas reabilitadoras não são suficientes para resgatar a função em sua totalidade, além do desenvolvimento e da aplicação de aparelhos/instrumentos ou procedimentos que aumentam ou restauram a função humana. A nova nomenclatura de tecnologias assistivas propõe a promoção da funcionalidade, por meio da busca de uma modalidade de recurso que parte da deficiência e não das dificuldades funcionais advindas desta.

Para Bastos (2006), as modalidades de tecnologias assistivas estão em pleno desenvolvimento e agrupam-se em categorias como: acessibilidade física, acessibilidade a computador, acessibilidade a Internet, apoios educativos e comunicação.

Cada uma dessas categorias oferece recursos distintos que podem ser usados pela escola para facilitar a aprendizagem de alunos independente da deficiência. Podemos a seguir observar alguns desses recursos:

- Recursos de comunicação suplementar e alternativa;
- Recursos de acessibilidade ao computador;
- Recursos de mobilidade;
- Recursos para adequação postural;
- Recursos para acessibilidade;
- Recursos para adaptação de veículos;
- Órteses e próteses.

De acordo com Mello (2006, p. 6),

A tecnologia assistiva é fruto da aplicação de avanços tecnológicos em áreas já estabelecidas. É uma disciplina de domínio de engenheiros de reabilitação, de computação, biomédicos e elétricos, médicos, arquitetos, desenhistas industriais, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos trabalhando juntos para restaurar a função humana através do uso de dispositivos assistivos.

O trabalho desses profissionais viabiliza que pessoas com deficiências (física, auditiva, visual e mental) tenham melhor qualidade de vida, com mais possibilidades de serem incluídas na sociedade. Por meio do uso de tecnologias assistidas, pessoas com deficiência ganham autonomia e possibilidade da realização das tarefas do cotidiano desde as tarefas básicas de autocuidado até o desempenho de atividades profissionais. (MELLO, 2006)



## CAPÍTULO 4: A PESQUISA NO CENTRO EDUCACIONAL 08 DO GAMA

A pesquisa foi realizada nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2013 no Centro Educacional 08 do Gama, situado na área especial 04/06 setor sul do Gama-DF é escola pública pertencente à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, atende alunos de 8º e 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio, está matriculado cerca de 1.300 alunos nos períodos matutino e vespertino tendo no corpo discente 23 alunos com alguma necessidade especial. A escolha da escola é porque o pesquisador trabalhar a mais de 10 anos como professor.

Foram solicitados aos professores que trabalham diretamente com educação inclusiva que participassem da pesquisa respondendo ao questionário (Apêndice). Apenas quatro se propuseram a respondê-lo. A partir de então, entrou-se em contato com esses quatro professores e agendou-se aplicação do questionário. No questionário, garantiu-se o anonimato dos sujeitos. Os questionários foram individuais com 15 perguntas relacionadas à educação inclusiva e currículo.. No questionário deu-se ênfase às experiências que eles possuíam e foi solicitado que pudessem imaginar quais seriam os obstáculos e/ou benefícios dessa modalidade de educação.

Cada questionário foi organizado segundo os dados de identificação, as quais foram subdivididos em itens:

No item 1 do questionário perguntou-se: Qual o nome da disciplina ministrada por você?

Professor 1	Geografia
Professor 2	Química
Professor 3	Filosofia
Professor 4	História

Item 2: Há quanto tempo trabalha com alunos especiais?

Professor 1	4 anos
Professor 2	15 anos
Professor 3	6 anos
Professor 4	6 anos

Item 3: Quantos alunos especiais você tem em sua sala de aula?

Professor 1	1 aluno
Professor 2	2 alunos
Professor 3	2 alunos
Professor 4	3 alunos

Foi observado que quantidade de alunos é suficiente para que o professor possa dar atenção necessária e o trabalho seja desenvolvido com satisfação.

Item 4: A sua escola tem alunos com necessidades especiais incluídos em classe regular de ensino?

R: Todos afirmaram que sim.

Item 5: Caso tenha alunos com necessidades especiais matriculados na classe regular, marque abaixo os tipos de necessidades presentes na escola:

R: A escola tem alunos nas seguintes deficiências: mental, visual, física e com altas habilidades.

Item 6: A sua escola recebe algum serviço de apoio da Educação Especial?

Professor 1	Sim, tem uma sala para deficiente visual
Professor 2	Sim, tem uma sala para deficiente visual
Professor 3	Sim, tem uma sala para deficiente visual
Professor 4	Sim, tem uma sala para deficiente visual

Escola dispõe de uma sala apropriada para atendimento ao aluno com deficiência visual e que para atender outras necessidades a escola têm dificuldades para se adaptar.

Item 7: Foi feita alguma adaptação curricular nas salas de aula, para receber e trabalhar o processo de ensino-aprendizagem com estes alunos?

(X) sim ( ) não. Como e quem as realiza?

Item 8: Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores com a inclusão de alunos com necessidades especiais?

Professor 1	Falta de conhecimento, não sabe como atender a aluna.
Professor 2	Falta de formação dos professores e conhecimentos sobre como fazer adaptações.
Professor 3	Falta de estrutura e preparo.
Professor 4	Falta de preparo acadêmico (cursos).

Apesar de que os educadores já tenham experiências com educação inclusiva, citam que a falta de estrutura e formações continuadas impedem que obtenham desempenhos melhores junto aos seus alunos.

Item 9: Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos com e sem necessidades especiais no cotidiano escolar?

Professor 1	Falta de humanidade.
Professor 2	A adaptação na turma, eles se isolam na maioria das vezes com necessidade e acabamos atrapalhando devido à falta de experiência e conhecimento.
Professor 3	Acessibilidade
Professor 4	Está inserido em salas regidas por professores pouco preparados para atender as necessidades de alunos especiais.

Item 10: Como você trabalha o conteúdo programático previsto no currículo da escola em vista do ensino-aprendizagem mais significativo para os alunos?

Professor 1	Sim
Professor 2	Identificando o que for mais importante.
Professor 3	Não recebi orientação para tal fim.
Professor 4	Trabalho conforme é enviado pela Secretaria de Educação.

Item 11: E o material didático? Quais as facilidades e se existem dificuldades em relação a sua produção?

Professor 1	Saber qual material usar para chamar a atenção de um aluno com Síndrome de Down.
Professor 2	O currículo deveria ser adaptado por pessoas específicas na área de cada matéria e por especialistas que trabalham

	especificamente com alunos e as escolas receberem como trabalhar (padronizar).
Professor 3	Tenho dificuldades para encontrar o melhor material
Professor 4	O material didático deverá contemplar as necessidades especiais dos alunos. Com frequência faltam recursos tecnológicos para produção e adaptação dos materiais e melhoria da qualidade dos mesmos.

As respostas apresentadas indicam que os recursos utilizados para realização da aula ou as técnicas não garantem se essa aula será eficiente ou não, nem tão pouco a aprendizagem dos alunos.

Item 12: Como acontece o dia-a-dia do aluno especial em sala de aula?

Professor 1	Igual ao do aluno regular.
Professor 2	Normalmente, eles não podem ter tratamento diferenciado perante os colegas.
Professor 3	Meio atribulado
Professor 4	Adaptar a parte física da escola, oferecer conhecimento específico na área de ensino especial para professores regentes, sensibilizar toda a comunidade escolar de como lidar com o aluno com necessidades educacionais especiais.

É relatado que os alunos com necessidades especiais não podem ser tratados de forma diferentes em sala de aula.

Item 13: Se você tivesse poder de decisão e de execução no âmbito da escola, como trataria a questão do aluno especial?

Professor 1	Teria um especialista que auxiliasse nos trabalhos.
Professor 2	Trabalhando junto com a família, organizando palestras, seminários e prevenindo o preconceito das pessoas.
Professor 3	Com organização, preparo e acessibilidade.
Professor 4	Trataria com muita responsabilidade e chamaria a comunidade para apoiar.

Com um bom planejamento e ajuda de vários setores o docente acharia uma solução mais adequada para o desenvolvimento do trabalho que envolve educação inclusiva.

Item 14: O currículo é flexível o suficiente para permitir adaptações apropriadas?

Professor 1	Sim
Professor 2	Na maioria das vezes sim, para os deficientes auditivos e visuais, mas para os autistas não.
Professor 3	Não
Professor 4	Sim, a escola tem essa autonomia.

Na maioria das respostas refere-se que a escola tem adaptações apropriadas para o desenvolvimento dos alunos e que o currículo é suficiente.

Item 15: Que passos devem ser dados para garantir que o currículo é inclusivo para diferentes grupos sociais e culturais?

Professor 1	Priorizar o conteúdo mais significativo.
Professor 2	Respeitar os limites de cada um, não subestimar, trazer a família para dentro da escola, identificar suas dificuldades de movimentação, fala, leitura e escrita, inserir a adaptação do aluno com os colegas evitando o isolamento, trabalhar com aluno o que for mais relevante em cada matéria, pois cada um tem suas dificuldades, ter matérias adequadas, formação para os profissionais de educação enfrentarem essa realidade. Muitas vezes querem ajudar e acabam atrapalhando devido à falta de experiência e conhecimento.
Professor 3	Planejamento
Professor 4	Primeiramente, ações governamentais e depois ações práticas por parte de cada servidor inserido no processo educacional.

Com a participação de todos governos, escola, pais e a comunidade pode ser concluir obter condições necessárias para desenvolver com sucesso uma educação inclusiva de qualidade.

Apesar de ser pequeno o número de professores envolvidos, os dados obtidos indicam as tendências existentes na atual discussão sobre a educação inclusiva. Como a educação inclusiva faz parte de um movimento mais amplo de inclusão social, conforme afirmado no início deste texto, os dados obtidos na

pesquisa revelam contradições acerca dessa inclusão. Os professores tendem a ser favoráveis à educação inclusiva; de uma forma geral, não apresentaram obstáculos intransponíveis para a sua implementação, ao mesmo tempo, em que tendem a julgar necessária uma formação especializada na área, como se os novos alunos ingressantes na classe regular fossem substancialmente distintos dos alunos sem deficiência.

A questão posta não nega que novas dificuldades podem surgir das diferenças significativas desses novos alunos, mas tem como preocupação eles serem considerados obstáculos antes da experiência, o que indicaria uma atitude preconceituosa. Além disso, parece reforçar a tendência presente na educação escolar de que, ao partir do pressuposto da homogeneidade da capacidade dos alunos, quando esses não respondem adequadamente, atribui a responsabilidade da “falha” a eles, que então são encaminhados a especialistas.

O fato de os professores entrevistados declararem, em sua maioria, que o objetivo da escola com os alunos com deficiência intelectual não é unicamente o de socialização, mas também o de aprendizado pode ser considerado um dado importante: a igualdade frente à possibilidade de aprender, apesar das diferenças, é um marco em uma sociedade democrática. Certamente, essa diferença inicial não desaparece, mas pode estar presente de maneira a permitir que todos possam participar da sociedade. Um dos objetivos da educação é o de transmitir a cultura para permitir que os alunos possam expressar suas necessidades e desejos de forma universal, mas note-se que a forma é universal: o que ela traz pode e deve ser compartilhado coletivamente sem se descuidar da particularidade.

Assim, em relação à questão da normatização, pode-se dizer que normas, no que contêm de universal (e este se modifica historicamente), são importantes para que as expressões particulares, possíveis também devido a elas, possam inclusive indicar sua inadequação, mas isso deve ocorrer após a sua incorporação, e não antes; sem o aprendizado das normas da comunicação, por exemplo, o que é dito dificilmente poderia ser compreendido. Deve-se assinalar que essas normas não se referem às considerações estatísticas, mas a regras e a princípios. A defesa da especialização em educação inclusiva, por parte de alguns professores entrevistados neste estudo, afirma a normatização estatística.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a identificar e analisar como são realizadas as adaptações curriculares e buscar compreender a visão do professor frente à educação inclusiva. Investigar, com os professores regente desta escola inclusiva, se a adaptação curricular adotada promove a socialização e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar. Investigar a percepção desses professores quanto à implementação da adaptação curricular na escola onde atuam.

Considerando o relevante papel do professor no processo de ensino e aprendizagem, existe a premência de oferecer uma formação adequada e específica para esses docentes que irão atender, ao mesmo tempo, os alunos considerados “normais” e aqueles com necessidades educacionais especiais. E, ainda, que essa formação seja continuada. Somente assim por-se-á dar consistência ao discurso da qualidade do ensino.

Concluiu-se que é necessário propiciar aos professores uma nova maneira de ver a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em suas aulas, para que percebam suas necessidades e seus conhecimentos. Assim, esses docentes mostrar-se-ão mais receptivos às propostas (tanto de instituições federais quanto da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal) que venham contribuir na concretização de uma educação mais inclusiva para que os alunos com necessidades educacionais especiais possuem suas diferenças, mas têm, principalmente, potencialidades a serem conhecidas e desenvolvidas.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, T. F. F. et al. Desenvolvimento de protótipos de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência. In: Fórum de Tecnologia Assistiva e Inclusão Social da Pessoa Deficiente. 1 ed. Belém: UEPA, 2006.

BERSH, R. Tecnologias Assistiva no Brasil. Disponível em: <http://www.cnotinfor.pt/tobrasil>. Acesso em 12 de janeiro de 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL/MEC. Secretaria de Educação Fundamental. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – Adaptações curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 1998.

BRASIL/MEC. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – Lei nº 9394/96, de 20.12.1996 (Lei Darcy Ribeiro) – Plano nacional de educação: Lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001 e legislação correlata e complementar/supervisão editorial Jair Lot Vieira. 2ª ed. revista, atualizada e ampliada. Bauru, SP: EDIPRO, 2001 (Série Legislação).

COLL. C. Psicologia e currículo. São Paulo: Ática, 2000.

COLL. C; PALÁCIOS, J. MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

CONTRERAS, J. D. Enseñanza, curriculum y profesorado. 2 ed. Madrid: Akal, 1994.

EYNG, A. M. Políticas e práticas de gestão pública na educação municipal: as competências da escola. Revista Diálogo Educacional, Curitiba: v. n., p., 2001.

MANTOAN, M. T. Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MARQUES, L. P. O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica. Campinas: Ed. UFJF, 2001.

MAZOTTA, M. J. da S. Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira. Revista de Educação da Universidade Federal Fluminense. Educação Especial e inclusiva. Niterói, n 7, p 11-18, 2003.

MELLO, M. A. F. A tecnologia assistiva no Brasil. In: Fórum de Tecnologia Assistiva e Inclusão Social da Pessoa Deficiente. 1 ed. Belém: UEPA, 2006.

MINETTO, M. F. Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio. 2 ed. Ver. Atual ampliada. Curitiba: Ibpex, 2008.



MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Tradução Wndyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, A. F. A. Currículo: questões atuais. São Paulo: Papirus, 1997.

RODRIGUES, D, Inclusão e educação: doze olhares sobre educação. São Paulo: Summus, 2006.

TIGRE, A. B.; TEIXEIRA, E. Diferenças: um olhar da psicanálise. Leituras compartilhadas. Leitura ampla: a construção do olhar. Rio de Janeiro: Leia Brasil, 2005.

TORRES, G. J. A. Educação e diversidade: Bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO EM BRANCO UTILIZADO PARA REALIZAR A PESQUISA

No item 1 do questionário perguntou-se: Qual o nome da disciplina ministrada por você?

Item 2: Há quanto tempo trabalha com alunos especiais?

Item 3: Quantos alunos especiais você tem em sua sala de aula?

Item 4: A sua escola tem alunos com necessidades especiais incluídos em classe regular de ensino?

Item 5: Caso tenha alunos com necessidades especiais matriculados na classe regular, marque abaixo os tipos de necessidades presentes na escola:

- ( ) Deficiência mental
- ( ) Deficiência auditiva
- ( ) Deficiência visual
- ( ) Deficiência física
- ( ) Deficiência múltipla
- ( ) Transtorno severo de comportamento
- ( ) Altas habilidades
- ( ) Outros

Item 6: A sua escola recebe algum serviço de apoio da Educação Especial?

Item 7: Foi feita alguma adaptação curricular nas salas de aula, para receber e trabalhar o processo de ensino-aprendizagem com estes alunos?

( ) sim ( ) não. Como e quem as realiza?

Item 8: Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores com a inclusão de alunos com necessidades especiais?

Item 9: Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos com e sem necessidades especiais no cotidiano escolar?

Item 10: Como você trabalha o conteúdo programático previsto no currículo da escola em vista do ensino-aprendizagem mais significativo para os alunos?

Item 11: E o material didático? Quais as facilidades e se existem dificuldades em relação a sua produção?

Item 12: Como acontece o dia-a-dia do aluno especial em sala de aula?

Item 13: Se você tivesse poder de decisão e de execução no âmbito da escola, como trataria a questão do aluno especial?

Item 14: O currículo é flexível o suficiente para permitir adaptações apropriadas?

Item 15: Que passos devem ser dados para garantir que o currículo seja inclusivo para diferentes grupos sociais e culturais?